



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union



# PUBLICATION- PORTUGUESE

IN Medias

This publication is the result of a research group within the In Medias project. It is an important contribution to the research on current practices and potentials of intercultural mediation.

Dr. Andrea Hartmann-Piraudeau

This publication, a result of the In Medias project under Erasmus Plus, delves into the practices and potential of intercultural mediation. Led by Prof. Dr. Busch, an expert in intercultural communication and conflict research, an international team interviewed over 20 European conflict mediators, revealing how philosophical, pedagogical, economic, and personal factors shape their professional strategies. The publication addresses a gap in intercultural mediation research, offering insights for international mediators, academics in conflict research and cultural studies, and the general public. It aims to stimulate critical thinking and explores the complexity and ethics of mediation, ultimately contributing to a decolonization of knowledge and action in this field.



**Disclaimer:** The European Commission's support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.



## **Preface**

Dear readers,

This publication is the result of a research group within the In Medias project (Erasmus plus). It is an important contribution to the research on current practices and potentials of intercultural mediation.

Using the example of the action orientations of European conflict mediators, it shows how philosophical-ethical maxims, pedagogical concepts, professional-economic orientations, integration in professional discourses and personal world views merge into professional strategies.

An international team of experts from various European countries was assembled under the leadership of Prof. Dr. Busch, a renowned expert in the field of intercultural communication and conflict research at the Faculty of Human Sciences of the Universität der Bundeswehr München. Together, they conducted expert interviews with more than 20 mediators from all over Europe and researched mediation practice as well as known conflicts and conflict solutions in the respective partner countries.

In the course of the project, it became increasingly clear to us that the practice of action is often detached from theoretical knowledge bases. Instead, styles and best-practice models are reconstructed from practice, which show parallels to socio-theoretical foundations, but are no longer explicitly linked to them. It is evident that there is a gap in mediation research, especially in the intercultural context.

This publication is intended to serve as teaching and learning material for the in-mediation training we have designed in the European Union. It is aimed at trained international mediators who work in intercultural settings or who wish to further their training in this field, at experts and academics in the fields of conflict research and cultural studies, and at the general public.

The authors have set themselves the goal of providing food for thought that goes beyond the usual mediation training and allows for a scientific examination of the complexity and ethics of mediation.

The present publication is the synthesis of a map of conflict transformation that the authors have collected in more than 20 qualitative interviews across Europe. Only these voices and the insights gained from them led to the abstraction of the social theoretical demand for a decolonisation of fields of knowledge and action in the further discussion.

Verbatim quotes from the interviews were deliberately omitted for the most part; the anonymised files are available to interested readers. They provide a working basis from which the almost provocative thesis and title of the publication "The Epistemologies of Mediation: Is the Passivity of Mediators a Contribution to Decolonisation?" in intercultural dialogue.

Special thanks go to our In Medias partners, all the mediators interviewed, the trainees of the In Medias training and their valuable impulses, the experts who took care of the translation into the different languages of the partner countries. Without their valuable support, a publication in this form would not have been possible.

This publication appeared in the online Interculture Journal ([www.interculture-journal.com](http://www.interculture-journal.com)) and all language versions (German, English, Dutch, Portuguese, Hungarian, Polish, Italian) can be found on our digital platform [www.in-medias.eu](http://www.in-medias.eu).

We hope that this publication will have a lasting impact on mediation training, mediation practice and the understanding of conflict culture in Europe.

We invite you to join us on this exciting journey through intercultural mediation and look forward to your thoughts and impulses on this topic, which you are welcome to send directly to Prof. Busch ([dominic.busch@unibw.de](mailto:dominic.busch@unibw.de)) or to me (the project manager of In-Medias - [hartmann@consensus-group.de](mailto:hartmann@consensus-group.de)).

On behalf of the entire project group

Dominic Busch and Andrea Hartmann-Piraudeau

**Título em alemão: Die Epistemologies der Mediation: Ist die Passivität von Mediatoren ein Beitrag zur Dekolonisierung?**

**Título em Português: As Epistemologias da Mediação: Será a passividade do Mediador uma Estratégia Descolonizante?**

Nomes de autores: Dominic Busch, Emilian Franco, Andrea Hartmann-Piraudeau

Automated translation revised by Beatriz Morais Sarmiento

### **Resumo [Português]**

A exigência social teórica de descolonização dos campos de conhecimento e de acção, sugere que tal transformação é possível de forma unidireccional. No entanto, os estados iniciais destes campos revelam-se muitas vezes altamente complexos e multifacetados. Este artigo toma o exemplo das orientações profissionais dos mediadores de conflitos para mostrar como as máximas filosóficas e éticas, os conceitos pedagógicos, a orientação para a economia profissional, o envolvimento em discursos profissionais bem como as visões pessoais do mundo se fundem em estratégias de trabalho que, no final, são difíceis de classificar e avaliar no contexto de objectivos descoloniais. Enquanto a literatura dos manuais escolares geralmente assume que as actividades sociais profissionalizadas estão ligadas a conceitos epistemológicos teóricos sociais, a literatura sobre mediação revela uma ruptura: Como resultado, a prática da acção é frequentemente desligada dos fundamentos teóricos epistemológicos. Em vez disso, os estilos e modelos de melhores práticas da mediação são reconstruídos, contendo paralelos com os fundamentos teóricos sociais, mas já não estando explicitamente ligados a eles. Estas considerações levam a concluir que as exigências de descolonização devem começar com aspectos mais particulares e específicos de acção, para evitar serem contrariadas pela complexidade encontrada. Pelo contrário, os mediadores poderiam ganhar maior clareza ética se as complexidades epistemológicas aqui delineadas fossem abordadas mais explicitamente na formação em mediação.

Palavras-chave: Mediação, epistemologia, passividade mediadora, descolonização, estilos mediadores.

### **Introdução**

Para mim pessoalmente, [mediação significa; notas dos autores] apoiar os outros na resolução de um conflito. Talvez tenha sucesso, talvez não; e a sua beleza está no facto de o próprio mediador não estar envolvido no conflito, por assim dizer, podendo apenas sentar-se confortavelmente, cruzar os braços e observar como alguém resolve um conflito, podendo contribuir para essa resolução. É este aspecto que considero tão relaxante, porque o mediador não está emocionalmente envolvido. O mediador pode observar descontraidamente para o que as duas, três ou quatro pessoas sentadas à mesa estão a fazer, e qual a melhor forma de as apoiar. Isso é o que há de melhor na mediação, o mediador não está em conflito, mas pode de alguma forma contribuir e fazer algo de útil. (Entrevista com o Mediador09, 21 de Dezembro de 2020, 00:01:00, gravação original em alemão, traduzida pelos autores).

O processo de mediação de conflitos baseado no diálogo, que evoluiu do *movimento de Resolução Alternativa de Litígios (ADR) dos anos 70* nos EUA (Menkel-Meadow 2015, 218) parecia, já anos 90, ser particularmente adequado para apoiar os objectivos do multiculturalismo, escreve Michelle

LeBaron, Erin McCandless e Stephen Garon (1998, 1) na sua revisão de uma revisão inicial da literatura sobre a relação entre a gestão mediada de conflitos e a cultura (LeBaron Duryea 1992). Mesmo nesta primeira revisão após apenas seis anos, a visão inicial dos autores na altura pareceu culturalista e ingénua porque não teve em conta a natureza construtiva da cultura e a concomitante instrumentalização do conceito para legitimar e camuflar os desequilíbrios de poder social (LeBaron, McCandless, e Garon 1998, 1).

A particular aptidão da mediação para utilização em contextos multiculturais deveu-se, na altura, principalmente, à flexibilidade e adaptabilidade comparativamente elevadas do procedimento ("flexibilidade processual"; Boulle e Rycroft (1997, 32–39), citado depois de Jobodwana (1997, 567)). Ainda mais recentemente, Alexia Georgakopoulos, na introdução ao seu Manual de Mediação publicado pela Routledge, apoia esta reivindicação de legitimidade qua flexibilidade quando escreve: "A ideia de medida uniformizada (*one size fits all*) nunca será reflexo da prática da mediação, mas antes a mediação irá expandir-se com o fluxo e refluxo de conflitos que irão diferir entre questões, pessoas, e cenários". (Georgakopoulos 2017, 3). Uma *concepção* aditiva do termo de mediação intercultural (Busch 2005, 317), na qual apenas uma modificação sob a forma do factor cultura precisa de ser acrescentada à ideia básica original de mediação, é de facto utilizada repetidamente na literatura como ponto de partida (fictício), que os autores sobre mediação intercultural podem rejeitar como demasiado simplista e, em contraste, desenvolver novos modelos. Como resultado, a ideia de mediação afirma, na realidade, a sua universalidade cultural: em vez de os modelos serem confrontados com as suas limitações atentas as barreiras culturais, os modelos de mediação têm vindo a expandir-se (Busch 2016, 203).

Analisando a mediação intercultural deste ponto de partida teórico, também podemos concluir que é possível adaptar a perspetiva conceptual a outros e futuros desafios. A este propósito, coloca-se a questão de saber quais são, afinal, as bases de entendimento epistemológico sobre as quais assenta o discurso sobre mediação: Quais são os pressupostos básicos centrais sobre conflitos interpessoais, sobre a forma como podem ser geridos de uma forma desejável, sobre o que tem de ser feito para atingir esse objetivo – e acima de tudo – como é que será possível reconhecer este fenómeno, enquanto observador investigador ou participante.

Por um lado, esta questão baseia-se no pressuposto (possivelmente clássico científico) de que a investigação, o ensino e a prática da mediação de conflitos podem ser ligados a pressupostos epistemológicos claramente identificáveis, ou seja, pressupostos epistemológicos fundamentais. Por outro lado, a suposta enorme flexibilidade reivindicada para a mediação, sugere que possivelmente este fundamento epistemológico é também ou muito flexível, vago e pouco desenvolvido ou possivelmente inexistente ou, pelo menos, interrompido. Esta hipótese significaria que não existe uma ligação directa entre os fundamentos epistemológicos da mediação e a sua prática. Neste caso, seria necessário existir uma revisão profunda dos materiais didácticos sobre mediação, que continuam a utilizar essa ligação como base. Este artigo irá explorar estes fundamentos epistemológicos. Este artigo irá rever esses aspectos epistemológicos usando um caso real como exemplo da recente orientação cultural-política da descolonização, uma abordagem aos campos de acção social em geral, bem como aos campos de acção interculturais - e assim também à mediação intercultural.

O que significa a descolonização para a mediação?

Mais recentemente, o campo da comunicação intercultural enfrenta um imperativo ético da teoria pós-colonial para descolonizar a sua própria compreensão do campo de estudo e dos métodos utilizados para o seu estudo. A descolonização (Smith 2022) refere-se ao pressuposto de que o conhecimento sobre o mundo e as formas de acesso a este mundo foram definidas e impostas pelas

crenças culturais ocidentais como parte de um desequilíbrio de poder colonial (Said 1978; Bhabha 1994) em que formas alternativas de acesso ao mundo já não podem ser imaginadas, quanto mais praticadas. Por esta razão, áreas chave para esta transformação estrutural no interesse da justiça social global parecem ser as ciências no seu papel de criadoras de conhecimento, os campos da educação e da formação, bem como os agentes da mudança social em geral. Se estes sectores-chave preservarem a reivindicação global, até agora hegemónica e colonial do conhecimento ocidental, de representação exclusiva, exercerão *violência epistémica* (Spivak 1988, 280), ou mesmo *epistemicídio* (Santos 2014), sobre formas alternativas de conhecimento. Até agora, a investigação sobre comunicação intercultural tem prestado pouca atenção a este problema, embora devesse ser uma das suas áreas centrais, como atestam Ladegaard e Phipps (2020). Em vez disso, MacDonald e O'Regan (2013) observam que esta disciplina ainda adere ao princípio da compreensão intercultural como seu objectivo principal. Para evitar a violência epistémica na investigação, especialmente as abordagens pós-qualitativas (Jackson e Mazzei 2009) que querem evitar as interpretações da investigação como uma questão de princípio são uma boa escolha (Marker 2003). Em vez disso, os investigadores deveriam sobretudo reflectir sobre os seus próprios posicionamentos (Davis e Walsh 2020), fazer ouvir os seus parceiros num mundo desigual de centros e periferias, e dar-lhes voz (Lincoln, Lynham, e Guba 2017, 215).

A metáfora frequentemente citada neste campo no título do breve ensaio de Audre Lorde "As ferramentas do mestre nunca desmantelarão a casa do mestre" (Lorde 2007) ilustra como estes objectivos serão desafiantes, tendo em conta as restrições estruturais. Giuliana Ferri (2022) aplicou recentemente esta metáfora para o campo da comunicação intercultural e concluiu que ela significaria e exigiria uma reorientação completa e fundamental de toda a disciplina.

A investigação de conflitos mostra uma apatia semelhante a este respeito, como denuncia Polly O. Walker (2004); e quando se trata do processo de mediação de conflitos, Volpe e Johnson (2023), bem como Yokotsuka (2023), notam que aqueles interessados na profissão de mediador não deveriam ter de enfrentar demasiadas preocupações sobre as suas perspectivas financeiras - condições de entrada inseguras no mercado de trabalho de mediador reforçam um sistema de exclusividade social que é prejudicial aos objectivos de justiça social.

Para além disto, este artigo irá examinar criticamente o próprio processo de mediação. Há outro princípio central do processo de mediação, que é geralmente visto como minando os desequilíbrios de poder (Boulle e Alexander 2012, 299-304), uma abordagem semelhante pelo menos à do movimento de descolonização delineado acima. Na abertura deste artigo, uma mediadora profissional partilha a sua percepção do processo de mediação no contexto de uma entrevista, que será aqui relatada. Esta atitude de o mediador se reclinar na cadeira durante a mediação poderia dar origem à esperança de que o processo de mediação pudesse novamente, pelo menos em parte, ter o potencial de apoiar as actuais orientações éticas da investigação intercultural.

O que é a mediação?

Este artigo examina dados de investigação recolhidos no contexto de um projecto-piloto a nível europeu sobre formação em mediação transnacional. Co-financiados pelo programa Erasmus+ da União Europeia de 2020 a 2023, institutos de formação de sete países desenvolveram e implementaram conjuntamente uma formação em mediação sob o nome de projecto *In-Medias. Rede Europeia de Mediação* (cf. <https://in-medias.eu/>). Neste contexto, foram realizadas entrevistas guiadas no Inverno de 2019/2020 com 21 mediadores tanto dentro como fora do projecto da Áustria, Bulgária, Chipre, Geórgia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Lituânia, Holanda, Polónia, Portugal, e Espanha. Alguns dos primeiros resultados de investigação deste inquérito foram publicados em Busch, Franco e Hartmann-Piraudeau (2023). Os mediadores, por um lado, foram entrevistados sobre

a sua avaliação do contexto estrutural da mediação nos seus respectivos países e as suas atitudes, percepções, experiências e orientações sobre a mediação como profissão.

Os mediadores de conflitos que participam neste projecto partilham várias características comuns: oferecem e conduzem mediação de conflitos, normalmente foram especialmente treinados para o fazer, e na maioria dos casos, são pagos pelos seus serviços. Pelo contrário, Pruitt e Kressel (1989) começam com uma definição abrangente de mediação, uma definição que mais uma vez enfatiza a versatilidade e flexibilidade do método:

"A mediação é uma assistência de terceiros a pessoas que estão a tentar chegar a acordo numa controvérsia. Há centenas de coisas que um mediador pode fazer para ajudar, desde simplesmente estar presente numa discussão conjunta até pensar em novas ideias e argumentar vigorosamente a favor delas". (Pruitt e Kressel 1989, 2).

Menkel-Meadow (2015, 189) também define a mediação de forma tão ampla quanto possível, mas também sublinha o seu aspecto *facilitador*. Os mediadores não interferem no conteúdo a ser tratado no conflito; apenas facilitam a discussão das partes sobre o seu próprio conflito. A literatura sobre mediação aponta geralmente que tais procedimentos triádicos de gestão de conflitos sempre existiram em muitas partes do mundo, mas que o procedimento foi virtualmente redescoberto nos anos 60 como uma alternativa simples, rápida e rentável aos processos judiciais, ao mesmo tempo que se insere num quadro estrutural e ético específico. Uma das preocupações do movimento americano de *Resolução Alternativa de Litígios (RAL)* dos anos 60 e 70 foi inicialmente baseada na percepção de que podem existir muitas situações de conflito diferentes nas sociedades, as quais necessitariam de muitos procedimentos diferentes de gestão de conflitos, em vez de apenas um. A referência da Menkel-Meadow ao princípio do "pluralismo de processos" (2015, 218) confirma ainda mais a flexibilidade processual discutida no início deste artigo.

Resultados: Uma preferência por estratégias de mediador passivo

A distinção entre atitudes *activas* e passivas e estratégias dos mediadores no processo de mediação emergiu como uma categoria chave das entrevistas filmadas discutida neste artigo. Em muitos casos, os participantes mapearam o seu trabalho de acordo com este parâmetro, com um estilo de mediação passiva geralmente considerado preferível. As secções seguintes apresentarão alguns excertos das entrevistas como exemplos que expressam ou uma orientação activa ou passiva na mediação. Só porque os mediadores têm uma visão negativa das orientações activas na mediação, tais orientações podem mesmo ser utilizadas para estereótipos e distinções culturais. Por exemplo, diz-se que os mediadores asiáticos têm um estilo dominante no exemplo abaixo. Isto também significa, inversamente, que um estilo de mediação dominante é algo que tende a ser atribuído a culturas estrangeiras. Outras culturas aqui servem como um espelho para projectar dissociações negativas do eu sobre elas:

Quase caí da minha cadeira no Outono passado, durante o Concurso de Mediação de Hong Kong, no sentido de que uma falta de conhecimento sobre a forma como estão a conduzir as mediações no Leste [...]. Embora a minha experiência [...] possa estar influenciada por ter ficado tão surpreendido com a forma como se aproximavam, que posso vir a exagerar nos próximos minutos. Mas para mim, a certa altura, entendi que aqueles mediadores estão muito mais no papel de chefes do conflito. Embora ainda fosse um estado de espírito, mas houve [...] quatro casos e vi também com outras equipas asiáticas que existe mais o hábito ou cultura ou [...] uma questão de conduta em que o mediador está a dizer às partes não só o que devem fazer, mas, por exemplo também, o que devem revelar ou qual será o próximo passo no processo [...] (entrevista com Mediador05, 2021, 22 de Janeiro, 00:17:08-00:18:49).



Alguns mediadores também relatam que consideram um desafio assumir um papel mais passivo na mediação. O seu envolvimento activo no processo de discussão é mais assertivo e dominante quando uma ou mais partes em conflito demonstram um comportamento relativamente passivo e reservado. Neste exemplo, a mediadora nota que está efectivamente a conduzir a mediação sozinha e que as partes já não participam no processo de forma adequada:

E a passividade não é o meu companheiro de cama natural, por isso não a valorizo em mim. Portanto, se vou a qualquer ponto de uma mediação onde não tive sucesso, é porque já cozinhei demais. E a pessoa é passiva, eu [...] tenho realmente lutado com isso, mas [...] tive de aprender a fazer realmente o oposto. (Entrevista com o Mediador03, 2021, 16 de Fevereiro, 00:51:55-00:52:29).

Além disso, a citação no início deste artigo de um mediador entrevistado ilustra caracteristicamente uma atitude de mediador passivo. Ser um mediador passivo durante o processo faz com que se sinta mais confortável no seu papel. Para alguns mediadores, o resultado ideal é alcançado quando as partes em conflito esquecem a presença do mediador - ou pelo menos o mediador sente-se assim:

Como posso medir se a minha mediação foi bem sucedida ou não? Isso pode fazer parte da pergunta que faz se as partes [...] se esquecem de mim dois minutos após a mediação, a minha missão foi cumprida. Se eu for capaz de ajudar sem que eles se apercebam que eu os ajudo. [...] Desde que eles estejam satisfeitos com o acordo a que chegaram e se esqueçam de mim, isso significa que fiz um bom trabalho. E é disso que eu gosto na mediação, que vai ao âmago dos problemas de alguém. Certo e depois terminar e sair de lá tão facilmente como entrei e não ter mais nada a ver com isso no futuro e ter as partes a sentir que não me intrometi nos seus problemas pessoais, profissionais ou na sua vida. (entrevista com o Mediador07, 2020, 22 de Dezembro, 01:00:22-01:01:46).

A citação anterior sugere que as partes em conflito podem já não estar cientes do que está a acontecer no processo. O mediador está lá, mas as partes não sabem se ele ou ela intervém e como intervém. Isto levanta a questão crítica de saber se tal falta de transparência não acaba por diminuir a autonomia das partes no conflito.

#### A dimensão ética da mediação

Olhando para trás, Greg Bond (2023, 23) salienta o facto de que desde os anos 80, a mediação de origem americana, outrora uma abordagem bastante aberta, recebeu muita formalização devido ao livro clássico de Roger Fisher e William Ury (1981) *Getting to Yes*, estruturando e padronizando elementos essenciais da mediação ocidental até aos dias de hoje. Desde então, a mediação de proveniência ocidental tem sido caracterizada pela noção de que as conversações de mediação são estruturadas ao longo de um modelo linear e de fases consecutivas. Apesar desta proximidade à teoria da negociação racionalista, Druckman e Wall argumentam que a própria natureza triádica da mediação, onde um terceiro está envolvido na prestação de apoio, é o primeiro passo que necessariamente conduz a mediação para fora do esquema racionalista puro e lhe dá uma clara orientação ética. Isto manifesta-se nos mediadores que perseguem um objectivo claro na medida em que querem transformar a interacção em algo que os participantes consideram útil (Druckman e Wall 2017, 1910).

Além disso, para uma gestão de conflitos baseada em valores, o modelo de negociação de Fisher e Ury também lançou uma nova base para uma maior codificação da mediação. Por exemplo, Fisher e Ury propuseram os princípios fundamentais que os negociadores deveriam seguir para alcançar um resultado positivo. Um dos mais conhecidos destes princípios, por exemplo, visa a separação das pessoas dos problemas numa negociação - uma abordagem que reflecte a orientação racionalista do projecto. Este modelo de princípios foi amplamente adoptado à medida que a mediação se tornou cada vez mais codificada no mundo ocidental, e como Bond descreve, o trabalho dos mediadores é

ainda hoje frequentemente explicado e percebido como sendo baseado num conjunto de princípios básicos. Pela importação da abordagem de Fisher e Ury para orientar as negociações, Bond refere-se a este sistema como o "modelo de negociação com princípios" (Bond 2023, 23). Em retrospectiva, estes princípios são geralmente apresentados como uma lista única em livros de texto, tais como Boule e Rycroft (1997, 32-39), dos quais Jobodwana (1997, 567) faz um resumo:

As reivindicações de valor da mediação são: flexibilidade processual; informalidade; participação das partes; criação de normas; centrada na pessoa (a mediação permite acordos individualizados com base nas preferências subjectivas das partes); relacional; enfoque no futuro; privacidade e confidencialidade (Jobodwana 1997, 567).

Na Europa, a história e a evolução da mediação são geralmente descritas em termos das suas origens nos EUA. Dito isto, os princípios básicos da mediação mantêm-se de facto entre culturas porque os mediadores também seguem estes princípios nas suas culturas locais. A este respeito, Friedman (1992), por exemplo, referiu-se a uma verdadeira "cultura de mediação". Ainda assim, Bonafé-Schmitt et al. (1999) esperam diferenças entre a prática de mediação nos EUA e na Europa porque a mediação nos EUA complementa o sistema de jurisprudência local, enquanto que na Europa, a mediação tem de encontrar o seu papel dentro da lei codificada. Bonafé-Schmitt et al. (1999, 18) falam assim de um *modelo latino* que se oporia a um modelo anglo-saxónico de mediação ("un 'modèle latin' qui s'opposerait à un 'modèle anglo-saxon' de mediation).

Deduzindo orientações para a mediação: Epistemologias importadas

As secções seguintes apresentam algumas tradições de pensamento com contextos éticos que se pode presumir terem influenciado mediações nas suas orientações éticas actuais. Estas reconstruções são frequentemente especulativas, e funcionam com base em molduras e paralelos que parecem plausíveis. Esta abordagem é comparável em qualidade aos conceitos reconstitutivos que circulam na literatura da mediação.

Mediação como forma de trabalhar com clientes

O trabalho profissional com clientes pode ser etiquetado com termos diferentes. O *aconselhamento* refere-se à orientação psicológica, incluindo até a psicoterapia; a *consultoria* é entendida como assistência de gestão baseada na economia, e o *aconselhamento* refere-se às áreas em que as pessoas fornecem umas às outras informações e instruções factuais. Trabalhar com clientes é, portanto, tão diversificado que é mais fácil definir o termo do ponto de vista do cliente que, no início, pode não saber exactamente o que deve esperar.

A maior parte da literatura internacional toma tanto a investigação como o desenvolvimento de novos conceitos de aconselhamento como garantidos no campo do trabalho de psicologia. A disciplina alemã de investigação educacional, por oposição a esta, parece representar um caminho único, e reivindica a investigação e o desenvolvimento de conceitos para o trabalho com clientes como um campo genuíno de envolvimento. Katharina Gröning (2011), uma académica em educação, fornece um bom resumo deste ramo de língua alemã no seu livro de estudo *Pädagogische Beratung* (Orientação Educacional). Gröning enfatiza explicitamente a pretensão da pedagogia em língua alemã como sendo a disciplina que estabelece a tonalidade para o campo do aconselhamento, ou, inversamente, para entender o aconselhamento como uma parte genuína da pedagogia. Algumas escolas de mediação reflectem também objectivos pedagógicos. Em particular, a mediação transformativa (Bush e Folger 1994) está igualmente preocupada em (re)capacitar as partes em conflito para lhes permitir gerir os seus conflitos, tanto na situação presente, como em futuras situações problemáticas.

Acima de tudo, o entrelaçamento da psicologia, pedagogia e prática de aconselhamento aponta para uma ligação entre a formação e a prática profissional que existe em geral. Assim, pode assumir-se que os formandos em pedagogia, aconselhamento e mediação irão adoptar os conteúdos de formação no seu trabalho profissional posterior, os métodos didácticos com que estes conteúdos foram ensinados, e os auto-conceitos pedagógicos correspondentes. Este é um mecanismo de navegação adequado, mas está a tornar-se um desafio com a crescente mudança para a educação em linha (Hartmann-Piraudeau 2022). Os mediadores formados estão então ainda mais dependentes do desenvolvimento posterior do seu próprio estilo de mediação.

Em contextos germanófonos, os autores em mediação também se associam a este discurso sobre aconselhamento pedagógico e descrevem a mediação como forma de aconselhamento. Birgit Keydel, uma mediadora, por exemplo, vê diferentes campos de trabalho nas proximidades da mediação, todos como elementos de uma paisagem de aconselhamento, tais como, para além da mediação, moderação, desenvolvimento organizacional, desenvolvimento de equipas, aconselhamento especializado e coaching (Keydel 2018, 100). Os mediadores também sentem esta proximidade conceptual. Para Gabriele Pinkl, as técnicas de diálogo na mediação são basicamente técnicas de aconselhamento (Pinkl 2018, 115).

Apesar destas classificações de mediação como forma de aconselhamento, o discurso também dá sinais de movimentos emancipatórios de orientações de mediação face a este paradigma clássico de aconselhamento. Assim, o discurso da mediação emana consideravelmente de objectivos de compreensão, orientação de soluções e orientação de factos, que ainda são defendidos no aconselhamento pedagógico (Nittel 2009, 11-12). Pelo contrário, é claro, o modelo de mediação e os seus conceitos também podem fornecer uma orientação útil na concepção de formatos de educação e formação. Por exemplo, Fátima Pereira (2019) explora este potencial para a formação de professores.

#### Epistemologias na investigação e trabalho com clientes

As secções anteriores constataram que os conteúdos se sobrepõem na interacção de formação, investigação e prática e que os conteúdos também são transferidos entre as áreas. Os métodos com que estes conteúdos são tratados são também transferidos, ou os actores que entram em contacto com os diferentes campos e são socializados neles provavelmente transferem conteúdos e métodos em grande medida, mesmo inconscientemente, entre os campos. Para além da prática do aconselhamento, a investigação social qualitativa parece ser outro campo que não só transmite métodos e técnicas à psicologia clínica, mas também fornece uma fonte de métodos e estratégias de aconselhamento e mediação.

Algumas fontes de mediação até o confirmam explicitamente; outras conexões são aparentes, mas nem sempre explicitamente declaradas. As secções seguintes irão, por um lado, recolher, referir e classificar tais vozes da literatura sobre mediação e, por outro lado, comparar abertamente os entendimentos básicos da investigação social com os da mediação.

A filosofia da educação, em particular, sempre esteve genuinamente preocupada com a questão de quais as relações existentes entre a investigação e os métodos didácticos e como estes se influenciam uns aos outros (Moeda 2017, 1864). É precisamente a "epistemologia da educação", a questão epistemológica do acesso ao mundo em contextos educativos, que se abriu consideravelmente a essa orientação de aplicação, como Lani Watson (2016) confirma na revista *Philosophy Compass*. Marek Tesar (2021), num artigo da revista *Qualitative Inquiry*, explora as ligações entre filosofia, por um lado, na sua tradução tanto em métodos de investigação empírica como em métodos didácticos de ensino. Segundo Tesar, tal transferência tem lugar permanentemente, e, no final, seria mesmo

impossível imaginar métodos de outra forma. Assim, Tesar (2021, 545) começa com Sócrates, que já via a educação como inseparável da filosofia e da política. Além disso, as abordagens filosóficas contemporâneas partilham alguns pontos em comum no que diz respeito às suas ligações à educação e à pedagogia. A maioria delas remete para Kant e o Iluminismo, através do qual a filosofia adoptou uma visão humanista do mundo (Tesar 2021, 547), o que por sua vez alimentou a motivação para a educação.

Os conceitos de aconselhamento procuram e recomendam frequentemente, portanto, uma ligação aos métodos de investigação porque ambas as abordagens giram em torno de (novas) abordagens do mundo. Vacc e Loesch (1984) defendem que os conselheiros devem, em particular, estudar métodos de investigação qualitativa para poderem prestar um bom aconselhamento.

As secções seguintes referem-se e classificam alguns paradigmas epistemológicos da investigação social que podem ser encontrados na literatura, pelo menos em algumas referências esporádicas e ligações entre teoria e campos de aplicação no aconselhamento.

Contudo, Brubaker et al. (2010) veem certos limites ao descolonizar as actividades de aconselhamento devido à diversidade e arbitrariedade das abordagens epistemológicas aqui encontradas. De facto, a procura não satisfaz um campo homogéneo o suficiente para ser transformado como um todo.

### Fenomenologia

A epistemologia das ciências sociais da Fenomenologia é um dos paradigmas mais frequentemente referenciados na literatura em torno de abordagens de aconselhamento pedagógico. O que é particularmente relevante e característico desta abordagem para um conceito de aconselhamento é a sua ambição específica de descrever a possibilidade e a natureza da compreensão interpessoal. No entanto, este artigo examinou criticamente a pretensão de compreensão no aconselhamento relativamente aos objectivos da descolonização.

Em contraste, os defensores de abordagens fenomenológicas consideram a compreensão por parte do conselheiro perante os seus clientes como essencial, sem substituir as técnicas de estruturação presumida. Katharina Gröning, por exemplo, critica algumas das novas formas de aconselhamento, tais como a programação neuro-linguística ou o aconselhamento sistémico. Aqui, Gröning sustenta que a principal razão pela qual estas formas se tornaram tão populares recentemente é porque são convenientes: Fazem-nos acreditar na possibilidade de aconselhamento sem a necessidade de compreender (Gröning 2011, 19).

Vista nesta perspectiva, a abordagem de mediação ao estilo ocidental, com a sua lógica explícita e sequencial baseada em princípios processuais pré-fabricados, teria também de ser vista como um substituto mecanicista para a compreensão interpessoal. Da perspectiva da pedagogia, Uhlendorff (2012, 710) reconhece mesmo que acelerar e tornar o método mais fácil para os conselheiros é simplesmente necessário na prática, devido à falta de tempo e à complexidade dos casos. Além disso, considerando a possibilidade de evitar os perigos da violência epistémica por este meio, este modo poderia mesmo dotar a mediação de tons de descolonização.

Wendt (2020) salienta que as abordagens fenomenológicas variam, resultando em pelo menos uma vasta gama de referências na prática do aconselhamento. O conceito fenomenológico do mundo da vida implica que todos os dados recolhidos estão sempre inseridos em contextos, e os investigadores devem concentrar-se mais neste contexto em vez de se ligarem demasiado à teoria. Além disso, devem ter em mente que também fazem parte deste mundo da vida e não serão capazes de o transcender. Quando se compreende correctamente um cliente ou inquirido, a fenomenologia

insistirá sempre em fundamentar o paciente ou inquirido na sua mundividência. Assim, por exemplo, se um inquirido fizer declarações gerais, o entrevistador deve pedir-lhe que as fundamente dando exemplos específicos (Wertz 2005, 171).

### Construtivismo

Wilkinson e Hanna (2016) e Wilkinson, Shank e Hanna (2019), entre outros, recomendam que não se baseie o aconselhamento pedagógico em paradigmas construtivistas. Além disso, os conhecimentos construtivistas podem ser bastante informativos para os conselheiros. Os autores elaboram a forma como os clientes e os conselheiros que os ouvem constroem o seu próprio mundo a partir do que percebem e do que lhes é comunicado. Contudo, os autores receiam que isto dê aos estagiários a falsa impressão de uma compreensão mais ou menos arbitrária de como as pessoas concebem estes mundos. Esta arbitrariedade surge de um foco demasiado forte de abordagens construtivistas sobre a coerência sincrónica das construções como pré-requisito para a conclusão e coerência. Em vez disso, a relevância dos processos diacrónicos de formação da visão do mundo é quase negada. No entanto, no caso do aconselhamento, trata-se de indivíduos humanos cujas actuais visões do mundo se baseiam nas suas memórias, experiências e socializações. Os terapeutas devem, portanto, aprender a reflectir sobre porquê e como uma pessoa percebe e interpreta o seu mundo. Esta é a única forma de conseguir excluir a particularidade das suas próprias percepções e, em vez disso, estar aberto às percepções dos seus clientes - as percepções dos quais, naturalmente, também terão de ser vistas sob a mesma perspectiva. Por outro lado, Lee, Neimeyer e Rice (2013, 329) encontraram provas de que as visões construtivistas do mundo dos conselheiros podem conduzir mais a uma atitude de esperar para ver e ser tidas como mais passivas.

### Teoria dos sistemas

Para além das abordagens baseadas na fenomenologia para descrever o aconselhamento, a literatura classifica o aconselhamento sistémico como um género por direito próprio. Rainer Zech, um especialista em pedagogia organizacional, fornece uma definição de aconselhamento:

O aconselhamento é um processo de construção de sistemas onde dois sistemas se encontram e formam em conjunto um terceiro sistema: um cliente encontra um conselheiro e juntamente formam o seu aconselhamento como um sistema (Zech 2010, 16; traduzido do alemão pelos autores).

Segundo Zech, uma compreensão sistémica do aconselhamento terá de reconhecer que a compreensão interpessoal mútua no sentido hermenêutico não pode existir. Isto também significa que as intervenções didácticas não podem depender de qualquer forma de influência não mediada. Consequentemente, o aconselhamento só poderia alguma vez apoiar os clientes na mudança de opinião - uma opinião que, pelo menos, não contradissesse as exigências de descolonização para a autocapacitação do subalterno. De um ponto de vista da teoria dos sistemas, o modo de funcionamento ou os efeitos do aconselhamento - e provavelmente também da mediação - consistiriam principalmente em perturbar propositadamente um determinado sistema e assim encorajar alguma prontidão para mudar, seja de que tipo for (Schirmer e Michailakis 2019).

### Epistemologias das visões de mundo dos mediadores

As secções anteriores contextualizaram a mediação de conflitos como uma forma de actividade de aconselhamento. Além disso, os enquadramentos académicos para a prática do aconselhamento surgiram não só da psicologia, especializada em lidar com crises, mas também da investigação em educação. Este enquadramento académico do aconselhamento e da prática pedagógica incentiva principalmente a reflexão e sistematização de uma variedade de abordagens epistemológicas do mundo.

A secção anterior também mostrou que, literalmente, qualquer paradigma epistemológico poderia fornecer conhecimentos sobre os processos de educação e aconselhamento. Contudo, ainda falta um relato detalhado do que realmente acontece nos processos de educação, aconselhamento e mediação, ou daquilo a que os actores profissionais nestes campos se devem orientar, em última análise. Em vez disso, muitas abordagens e uma grande dose de arbitrariedade nestas abordagens continuam a prevalecer.

Só o campo do aconselhamento compreende hoje mais de 500 abordagens diferentes, dizem Wilkinson e Hanna (2016, 8). O credo básico é que uma abordagem não é fundamentalmente melhor do que a outra. Em vez disso, os potenciais terapeutas são encorajados a descobrir quais as abordagens que melhor se adaptam às suas próprias personalidades e experiências do mundo. Para Wilkinson e Hanna, uma tal visão construtivista seria demasiado arbitrária porque os modelos disponíveis têm qualidades muito diferentes. Dito isto, na literatura da investigação, esta aparente arbitrariedade resulta na reconstrução de uma ligação entre as atitudes pessoais dos terapeutas e os métodos e estilos que eles preferem. A forma como o aconselhamento é realizado na prática depende assim essencialmente do estado de espírito primário do conselheiro (Arnold 2009, 200). A partir disto, Schehr e Milovanovic (1999) concluem que a formação dos conselheiros em ciências sociais poderia ser um pré-requisito fundamental para poderem distanciar-se das suas próprias visões do mundo e reflectir mais sistematicamente sobre elas. Pignault, Meyers e Houssemand (2017), estudiosos da educação, exploraram empiricamente esta mesma ligação, utilizando a mediação como exemplo, e consideram a desconexão entre teoria e prática aqui discutida como um fenómeno geralmente generalizado nos campos profissionais. Como regra, os profissionais estão a fazer o seu trabalho bem e correctamente, mas no final, raramente conseguem fundamentar em que teorias estas qualidades estão enraizadas. Juntamente com o fosso entre epistemologia e prática, nomeadamente entre a transmissão didáctica das abordagens e a sua implementação prática, Pignault et al. veem outro desses fossos dentro desta última área: Enquanto os manuais sobre mediação mais frequentemente veem a mediação como tendo o objectivo final de encontrar soluções positivas e construtivas para os conflitos, os mediadores tendem a concentrar-se na concepção construtiva do processo de mediação.

Num artigo intitulado "Como as nossas visões do mundo moldam a nossa prática" na revista *Conflict Resolution Quarterly*, Rachel Goldberg (2009) mostrou, com base em entrevistas com mediadores, que as suas orientações na mediação eram muito mais atribuíveis às suas visões do mundo do que às preferências académicas ou à socialização cultural. Por *visões do mundo*, Goldberg pretende significar entendimentos e interpretações particulares do mundo resultantes das posições sociais dos mediadores na sociedade. Dependendo da socialização biográfica dos mediadores em grupos sociais hegemónicos ou subalternos, estes desenvolverão visões muito diferentes do mundo e, nesta base, chegarão a diferentes entendimentos de justiça social.

Suponhamos que combinamos as observações de Pignault et al. (2017) com as de Bonafé-Schmitt et al. (1999) sobre as especificidades estruturais-contextuais da mediação "latina" na Europa. Nesse caso, podemos ainda levantar a hipótese de que é precisamente por esta razão que os mediadores europeus atribuem mais importância ao processo do que às soluções. Encontram-se inseridos num sistema jurídico codificado e sentirão a necessidade de fornecer um contraponto e emancipação do sistema dominante de jurisprudência - um esforço de emancipação que pode parecer menos urgente e necessário para os mediadores americanos numa jurisprudência que se concentra mais na situação concreta.

Epistemologias modernas vs epistemologias pós-modernas

James T. Hansen (2006), um investigador de aconselhamento norte-americano, investigou o papel das visões do mundo pós-moderno dos conselheiros ao trabalhar com clientes. Ele também assume que diferentes visões de mundo e epistemologias desempenham um papel precoce, desde logo na formação de conselheiros terapêuticos e que estas têm impacto na sua prática posterior. A abordagem tradicional da educação seguiu o espírito de uma epistemologia modernista, o que significava que o seu principal objectivo era transmitir conhecimentos. Esperava-se também que os conselheiros profissionais descobrissem o que exatamente preocupava os seus clientes nos seus casos específicos.

Contra isso, Hansen explica que uma cosmovisão pós-moderna começa por pressupor que existem verdades diferentes e que as teorias, uma vez aplicadas ou aceites, determinam em grande parte o que as pessoas percebem e reconhecem até ao fim de um processo cognitivo - e este efeito também se aplica ao aconselhamento. Os conselheiros conscientes do pós-modernismo também devem estar cientes deste efeito. Tal atitude pós-moderna no aconselhamento deveria ser anti-essencialista, e os conselheiros reconheceriam que nunca serão capazes de compreender plenamente os seus clientes, mas que apenas os perceberão e interpretarão (Hansen 2006, 292).

Este é também o contexto contra o qual, por exemplo, a suposta superioridade das teorias científicas ocidentais já não pode ser de todo substanciada. É uma narrativa como qualquer outra que tem algo a ver com a suposta realidade (Hansen 2006, 293). Esta atitude aproxima-se da orientação para a descolonização discutida no artigo. Basicamente, esta atitude relativiza a ideia unidimensional ou teleológica do aconselhamento como um processo de melhoria permanente. Os clientes não disporão de um conhecimento supostamente melhor após o aconselhamento. Os clientes não disporão de qualquer conhecimento supostamente melhor após o aconselhamento. Em contraste, na melhor das hipóteses, terão aprendido sobre as suas vidas a partir de outras perspectivas, que não são nem mais válidas nem mais correctas. Esta perspectiva também relativiza as diferentes reivindicações quanto à qualidade das diferentes abordagens de trabalho com os clientes.

Se compararmos estes requisitos com os princípios estabelecidos de mediação de estilo ocidental mencionados no início, a mediação e a sua compreensão do conflito parecem ser produtos genuinamente pós-modernos. Consequentemente, assume-se que existem percepções diferentes e igualmente válidas da realidade no conflito. Os mediadores devem estar conscientes disto e ajudar os seus clientes a fazer o mesmo. Aos clientes aqui é ensinada uma atitude filosófica essencial de pós-modernismo.

#### O Pragmatismo conta o relativismo

Paralelamente a esta ampla orientação, permitindo várias opiniões e atitudes, Hansen (2006) sugere que algumas pequenas afinações das visões de mundo dos conselheiros podem ser úteis. Por exemplo, posições que são relativistas num sentido radical significariam que os actores deixariam de ser capazes de agir de todo. Neste caso, uma pitada de pragmatismo ajudará os conselheiros, acrescenta Hansen (2006, 294). Esta escola de teoria social encoraja as pessoas a adoptar uma teoria que se aplica melhor a uma dada situação e permite obter as conclusões e perspectivas mais úteis - mais do que uma que possa ser a mais consistente internamente. Isto ajuda a evitar os polos extremos do relativismo, e os conselheiros podem sempre aplicar a teoria (do aconselhamento) que lhes pareça mais apropriada do seu ponto de vista. Por conseguinte, Hansen utiliza o termo neo-pragmatismo quando se trata de aconselhamento. Mais uma vez, esta atitude pode ser encontrada entre os princípios básicos da mediação, definindo o método como particularmente flexível e personalizável para qualquer situação específica. Entre outras coisas, a percepção da atractividade do método para contextos interculturais baseia-se nesta flexibilidade.

## *A justiça social* na filosofia da educação e do aconselhamento

Durante muito tempo, a questão de saber o que a ciência e a educação deveriam proporcionar e para o que deveriam ser orientadas foi tradicionalmente dividida em duas partes. A filosofia tem procurado verdades da antiguidade, e outras disciplinas mais parciais e, portanto, mais orientadas para a aplicação, mais tarde preocuparam-se com a procura de conhecimentos valiosos e viáveis (Moisio e Kauppinen 2020). De acordo com Moisio e Kauppinen (2020, 2241), Martha Nussbaum (2010, 2) foi a primeira a argumentar que esta orientação *de facto* economicista deve ser contrariada por uma atitude cuja orientação ética pode estar fora da filosofia mas que é fundamentalmente considerada mais socialmente desejável. Para este fim, Nussbaum articula os objectivos de "cidadania democrática e global" (Moisio e Kauppinen 2020, 2241), o que por sua vez deu origem a novos objectivos para a educação. Nussbaum lançou assim uma base para o pensamento crítico, bem como uma preocupação, se possível, com o estrangeiro, o reconhecimento da diversidade e a simpatia por esta diversidade como novas orientações éticas também a nível epistemológico. É apenas neste contexto que práticas como a mediação e a sua disseminação, bem como a aceitação da sua capacidade de ensino através da formação, se tornam significativas.

## Curtos-circuitos entre a teoria e a prática no aconselhamento

As secções anteriores fundamentaram as hipóteses da literatura de que as epistemologias da investigação científica, a didáctica de ensino do conhecimento prático e a prática real do aconselhamento e da mediação influenciam e inspiram-se umas às outras. Quanto à questão sobre a necessidade de versus qualquer atual descolonização dos métodos de mediação, os conhecimentos sobre a complexidade destas ligações recíprocas são muito esclarecedores. Muitas vezes estas ligações não figuram claramente na literatura, os autores podem nem sequer estar cientes delas, e no final, podem não ser relevantes e interessantes para todas as publicações. Pelo contrário, existem também formas e casos de referência explícita na literatura, especialmente quando se trata de sublinhar que os métodos práticos são fundamentados em teoria e presumivelmente validados. As ligações feitas desta forma são frequentemente pouco sofisticadas; saltam etapas intermédias, por vezes, apenas leem sobre os originais de fontes secundárias e podem até ser incorrectas. Estas estratégias podem, por vezes, tornar mais questionável o conhecimento desejado (Tesar 2021, 545).

## Explorações indutivas para orientações éticas na mediação

Este artigo partiu do pressuposto básico de que existem numerosas ligações entre a investigação social e a teoria da ciência, por um lado, e a prática da mediação, por outro. No entanto, estas não se manifestam frequentemente, ou a sua ligação recíproca não encaixa perfeitamente. Mesmo apesar da proximidade intelectual, existe frequentemente uma desconexão entre a teoria e a prática. A literatura também aborda esta lacuna numa abordagem indutiva e tenta encontrar orientações e padrões na acção mediadora. Estas classificações podem, por sua vez, mostrar paralelos a abordagens teóricas sociais, mas não as referem explicitamente. A secção seguinte irá também explorar brevemente este campo.

## Ideologias na mediação

Ao contrário de derivar uma base dedutiva para o trabalho de mediação da teoria social, muitos estudos veem as orientações de mediação como sendo baseadas em ideologias a que os mediadores aderem, por vezes inconscientemente. No entanto, isto tende a tornar mais difícil ligá-los directamente a questões de justiça social. Adler, Lovaas e Milner (1988, 318), por exemplo, definem o conceito de ideologia no seu uso no discurso da investigação da mediação como a orientação do trabalho de mediação para uma produção de ideais sociais. Tais avaliações ideológicas de fundamentos epistemológicos podem ser precisas sobre a prática da mediação e possivelmente não



fariam parte de teorias sociais gerais sob tal forma. Para Adler, Lovaas e Milner (1988, 320), entre eles está o pressuposto de que os conflitos são uma parte natural da vida social, mas que alguns deles podem levar a efeitos nocivos a menos que sejam tratados de forma controlada e sistemática. Os objectivos ideológicos da mediação incluem também a prevenção da alienação social e o reforço da competência própria e independente da sociedade em matéria de conflitos (Adler, Lovaas, e Milner 1988, 321).

#### Estilos de mediadores

Mais prático do que ideologias, mas ainda ao nível de orientações gerais e superiores, é a busca indutiva e diferenciação dos estilos de mediadores. Druckman e Wall (2017, 1914) veem uma base inicial para o conceito de *estilos de mediadores* com Kressel e Pruitt (1989), que distinguiram entre um estilo reflexivo, um estilo substantivo e um estilo contextual. Consequentemente, ao identificar estes estilos, não se assume que eles estejam ligados a teorias superordenadas. Em vez disso, o objectivo da avaliação é explicitamente o de identificar padrões na prática. Esta relevância imediata para a prática torna os estilos de mediadores particularmente úteis para a mediação na formação, porque podem fornecer tanto aos mediadores como aos seus clientes orientação em situações complexas no contexto da mediação, Kressel et al. (2012) escrevem.

Além disso, os estilos de mediadores reflectem precisamente o que os clientes veem na mediação e não o que pode ser prescrito nos livros escolares (2012, 138) - de novo, os autores veem uma clara ruptura entre teoria e prática. Salmon et al. (2013) distinguem dois estilos que são mais susceptíveis de serem classificados como activos, isto é, formulativos e manipuladores, mas para além disto, o eixo da mediação passiva vs activa pode ser encontrado em muitos outros estilos. Por exemplo, Druckman e Wall (2017, 1914) relatam sobre distinções de estilos como "comunicação-facilitação, procedimental e directivo" em Bercovitch e Houston (2000), e notam que Kleiboer (1996) alinhou toda uma gama de estilos de mediação numa escala de orientações passivas a activas. Wood (2004, 443) entrevistou mediadores sobre as suas avaliações de diferentes estilos e descobriu que os mediadores que defendiam uma orientação democrática geralmente também defendiam uma orientação procedimental excepcionalmente elevada e, por conseguinte, afastaram-se do processo em relativamente grande medida. Wood descreve esta "abordagem um pouco descontráida" (Wood 2004, 443) - uma formulação que mostra certa proximidade com a atitude expressa na citação de abertura deste artigo. Segundo Wood, tal estilo democrático dá muito menos consideração às emoções dos clientes do que, por exemplo, um estilo de aconselhamento. Tal orientação também pode ser encontrada repetidamente nos dados empíricos deste artigo que, por sua vez distingue os mediadores aqui entrevistados quanto ao perfil de aconselhamento: "Não me considero um mediador sensível" (Mediador07, 2020, 00:21:44), resp.: "Tenho sempre a impressão de que talvez seja demasiado emocional, e quando se fala de crianças ou algo assim, não é o meu género, também não me considero bom nisso, por isso nunca o faço" (Mediator09, 2020, 00:10.49; original traduzido do alemão pelos autores).

#### Investigação actual sobre passividade mediadora versus activismo

De acordo com Druckman e Wall (2017, 1911), a investigação já nos anos 60 confirmou que a mera presença de mediadores conduz geralmente a um comportamento mais racional e, portanto, mais cooperativo por parte das partes numa negociação. Wood (2004, 448) relata toda uma tradição de investigação que distingue entre estilos passivos e activos na mediação, por vezes rotulando-os de forma diferente, se é que o fazem de todo. Por exemplo, já em Gulliver (1979), havia um intervalo entre um "papel passivo e um papel activo de resolução de problemas" (Wood 2004, 448). Silbey and Merry (1986) distinguiu entre um estilo "negociante" e um estilo "terapêutico", enquanto Kolb (1983) falou de um "negociante" e de um "orquestrador" (todos citados depois de Wood 2004).

## Discussão e Perspectivas

Este artigo começou por levantar a questão de até que ponto o método de mediação de conflitos está suficientemente alinhado ou suficientemente flexível para responder a exigências mais recentes da teoria social e do pós-colonialismo para a descolonização de formas de acção social. Ao abordar esta questão, deixámos deliberadamente de lado as condições estruturais de enquadramento da mediação e analisámos de perto os pressupostos básicos epistemológicos centrais do método.

A literatura sobre descolonização fornece aos actores instruções claras de acção, como ilustrado, por exemplo, na metáfora de Audre Lorde (2007), "As ferramentas do mestre nunca desmontarão a casa do mestre". Consequentemente, os actores devem estar abertos a novos métodos de conhecimento e não utilizar os seus métodos antigos e tradicionais. Embora os proponentes desta orientação reconheçam que tem um ponto utópico (Mignolo 2012), esta abordagem esclarece, no entanto, o que rejeitar e o que encorajar. Contudo, quando se trata de questões mais práticas, os actores tendem a ser deixados em paz, ou parece assumir-se que já sabem como avaliar e classificar o seu ambiente. O método de aconselhamento baseado no diálogo da mediação de conflitos visa essencialmente mudar a visão do mundo dos clientes, tanto em termos situacionais como, se necessário, globais. Para que estas actividades possam ser colocadas no contexto da descolonização, os intervenientes necessitarão de um conhecimento reflexivo e consciente destas actividades. Só se os actores souberem que tradições e justificações conduzem às suas atitudes actuais poderão ajustar a sua própria bússola ética em conformidade.

Tomando o exemplo do método de mediação de conflitos ao estilo ocidental, este documento tentou ligar as actuais práticas profissionais de acção e os seus fundamentos epistemológicos. Com base nas nossas entrevistas actuais com mediadores praticantes, partimos das suas práticas reais e das suas auto-imagens reais como a base mais essencial e, acima de tudo, mais eficaz para a acção. Um exemplo identificado é o discurso sobre a adequação de uma atitude passiva por parte dos mediadores na mediação.

Esta observação foi utilizada como ponto de partida para explorar fundamentos epistemológicos: A mediação foi classificada como uma forma de prática de aconselhamento e inserida em contextos sócio-educativos. Isto podia ser feito com particular detalhe através da observação do discurso em língua alemã sobre o aconselhamento em trabalho social, que representa um caminho único de uma perspectiva internacional.

Aqui, a filosofia da educação considera-se como a autoridade primária para todas as orientações pedagógicas e campos de actividade. Além disso, considera quase todos os paradigmas epistemológicos das ciências sociais relevantes e frutuosos para a obtenção de conhecimentos sobre processos educativos. Outro passo foi mostrar que os conselheiros e mediadores formam, cada um por si, visões de mundo individuais, que são orientadas e integram diferentes perspectivas epistemológicas. Isto resulta numa prática profissional pragmática onde as epistemologias, visões do mundo e personalidade dos mediadores em conjunto com a carga de processos deveriam, na melhor das hipóteses, criar uma interacção construtiva com muitas ligações cruzadas.

Além disso, esta investigação mostra que a consciência de tais ligações na prática da mediação não é especialmente elevada ou que estas ligações parecem ter pouca relevância para a prática da mediação. Em vez disso, a orientação prática é proporcionada pela investigação empírica indutiva e reconstrutiva que tenta identificar diferentes atitudes, ideologias e estilos a partir da prática da mediação. Embora estas orientações mostrem efectivamente paralelos às abordagens epistemológicas da teoria social, quase nunca são trazidas para a literatura, ou esta ligação dificilmente desempenha um papel na ratificação dos modelos recentemente formulados. Do mesmo

modo, a passividade mediadora identificada no início deste artigo é classificada aqui, mas já não está em conformidade com quaisquer orientações da teoria social. Isto cria um mundo de modelos mediadores que muitas vezes se referem uns aos outros e - no que diz respeito à prática evidente - reciprocamente dão coerência uns aos outros. Embora estes modelos se baseiem em orientações éticas e bem pensadas, já não podem ser ligados aos modelos da teoria social e, por conseguinte, dificilmente podem ser colocados em palavras de uma forma significativa.

A hipótese que Brubaker et al. (2010) já apresentaram sobre a desmobilização do campo através da sua complexidade é aqui confirmada em relação aos apelos à descolonização. Os actores abordados terão provavelmente dificuldade em classificar ou avaliar quais as estratégias profissionais sob esta nova luz, devido à complexidade, desconexão e fragilidade dos seus fundamentos epistemológicos. O que resta, portanto, é um retrocesso para as atitudes pragmáticas já discutidas acima quando se tomam decisões na prática profissional.

A fim de profissionalizar ainda mais a acção mediadora no futuro e de permitir respostas e conclusões claras para a acção sobre novas exigências como a descolonização, os contextos epistemológicos aqui delineados terão de ser reflectidos, clarificados e organizados mais profundamente na investigação, bem como na formação e prática.

Relativamente à investigação sobre as possibilidades de descolonização dos campos de acção social no sentido do pensamento pós-colonial, as complexidades epistemológicas e as fracturas dos campos a transformar, como aqui exemplificado, devem ser tidas em conta. O estudo aqui apresentado apenas pode servir um propósito preliminar e incompleto, e reduzir a complexidade aqui reivindicada a algumas páginas de contribuições acabaria por contradizer a própria argumentação aqui delineada. A literatura oferece muitos mais esboços de epistemologias, práticas e suas inter-relações, a maioria dos quais podem ser aqui reconhecidos, mas não podem ser considerados de forma alguma como exaustiva.

## Literatura

Adler, Peter, Karen Lovaas, und Neal Milner. 1988. „The ideologies of mediation: The movement’s own story“. *Law & Policy* 10 (4): 317–39. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9930.1988.tb00015.x>.

Arnold, Rolf. 2009. „Professionelle Begleitung und Beratung“. *PÄD Forum* 37 (5): 195–204. <https://doi.org/10.25656/01:3200>.

Bercovitch, Jacob, und Allison Houston. 2000. „Why Do They Do It like This?: An Analysis of the Factors Influencing Mediation Behavior in International Conflicts“. *Journal of Conflict Resolution* 44 (2): 170–202. <https://doi.org/10.1177/0022002700044002002>.

Bhabha, Homi K. 1994. *The Location of Culture*. London/New York: Routledge.

Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre, Jocelyn Dahan, Jacques Salzer, Marianne Souquet, und Jean-Pierre Vouche. 1999. *Les médiations, la médiation*. Trajets. Ramonville-Saint-Agne: Érès.

Bond, Greg. 2023. „Culture and mediation: A 2020s perspective on early criticism of Western paradigms“. In *The Routledge handbook of intercultural mediation*, herausgegeben von Dominic Busch, 23–29. New York, NY: Routledge.

Boulle, Laurence, und Nadja Alexander. 2012. *Mediation: Skills and techniques. 2nd edition*. Butterworths: LexisNexis.

- Boulle, Laurence, und Alan Rycroft. 1997. *Mediation. Principles, process, practice*. Durban: Butterworths.
- Brubaker, Michael D., Ana Puig, Ryan F. Reese, und Jessica Young. 2010. „Integrating Social Justice Into Counseling Theories Pedagogy: A Case Example“. *Counselor Education and Supervision* 50 (2): 88–102. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6978.2010.tb00111.x>.
- Busch, Dominic. 2005. *Interkulturelle Mediation. Eine theoretische Grundlegung triadischer Konfliktbearbeitung in interkulturell bedingten Kontexten. [Intercultural mediation. A Theoretical foundation of triadic conflict management in contexts affected from interculturality]*. Herausgegeben von Hartmut Schröder und Dominic Busch. Frankfurt am Main, et al.: Peter Lang.
- . 2016. „Does conflict mediation research keep track with cultural theory?“ *European Journal of Applied Linguistics* 4 (2): 181–206. <https://doi.org/10.1515/eujal-2015-0037>.
- Busch, Dominic, Emilian Franco, und Andrea Hartmann-Piraudeau. 2023. „Professional dispute mediators’ notions of culture“. In *The Routledge handbook of intercultural mediation*, herausgegeben von Dominic Busch, 245–52. New York, NY: Routledge.
- Bush, Robert A. Baruch, und Joseph P. Folger. 1994. *The Promise of Mediation: Responding to Conflict Through Empowerment and Recognition*. Bd. 1. San Francisco: Jossey Bass.
- Curren, Randall. 2017. „Philosophy of Education: Its Current Trajectory and Challenges“. In *Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory*, herausgegeben von Michael A. Peters, 1863–66. Singapore: Springer Singapore. <https://doi.org/10.1007/978-981-287-588-4>.
- Davis, Benjamin P., und Jason Walsh. 2020. „The politics of positionality: the difference between post-, anti-, and de-colonial methods“. *Culture, Theory and Critique* 61 (4): 374–88. <https://doi.org/10.1080/14735784.2020.1808801>.
- Druckman, Daniel, und James A. Wall. 2017. „A Treasure Trove of Insights“. *Journal of Conflict Resolution* 61 (9): 1898–1924. <https://doi.org/10.1177/0022002717721388>.
- Ferri, Giuliana. 2022. „The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House: Decolonising Intercultural Communication“. *Language and Intercultural Communication* 22 (3): 381–90. <https://doi.org/10.1080/14708477.2022.2046019>.
- Fisher, Roger, und William Ury. 1981. *Getting to yes: negotiating agreement without giving in*. Boston: Houghton Mifflin.
- Friedman, Raymond A. 1992. „The culture of mediation: Private understandings in the context of public conflict“. In *Hidden conflict in organizations: uncovering behind-the-scenes disputes*, von Deborah Kolb und Jean Bartunek, 143–64. Thousand Oaks, CA: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781483325897.n6>.
- Georgakopoulos, Alexia. 2017. „Introduction: Revealing the world of mediation“. In *The mediation handbook: research, theory, and practice*, herausgegeben von Alexia Georgakopoulos, 1–6. New York: Routledge.
- Goldberg, Rachel M. 2009. „How Our Worldviews Shape Our Practice“. *Conflict Resolution Quarterly* 26 (4): 405–31. <https://doi.org/10.1002/crq.241>.
- Gröning, Katharina. 2011. *Pädagogische Beratung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. <https://doi.org/10.1007/978-3-531-92892-0>.

- Gulliver, Philip Hugh. 1979. *Disputes and negotiations: a cross-cultural perspective*. New York: Academic Press.
- Hansen, James T. 2006. „Counseling theories within a postmodernist epistemology: New roles for theories in counseling practice“. *Journal of Counseling & Development* 84: 291–97.
- Hartmann-Piraudeau, Andrea. 2022. „Surprises and new paths on the journey to developing online mediation training“. In *Contemporary trends in conflict and communication: technology and social media*, herausgegeben von Jessica Katz Jameson und Missy F. Hannah, 239–58. Boston: De Gruyter.
- Jackson, Alecia Youngblood, und Lisa A. Mazzei, Hrsg. 2009. *Voice in Qualitative Inquiry*. London; New York: Routledge. <http://site.ebrary.com/lib/alltitles/docDetail.action?docID=10263566>.
- Jobodwana, Zingisile Ntozintle Jobs. 1997. „Book review/Boekbespreking: Mediation: principles process practice. Laurence Boulle & Alan Rycroft. Butterworths, Durban (1997)“. *South African Public Law* 12 (2): 565–70. [https://doi.org/10.10520/AJA02586568\\_985](https://doi.org/10.10520/AJA02586568_985).
- Keydel, Birgit. 2018. „Mediation und andere Beratungsformate“. *Perspektive Mediation*, Nr. 2/2018: 98–108.
- Kleiboer, Marieke. 1996. „Understanding Success and Failure of International Mediation“. *Journal of Conflict Resolution* 40 (2): 360–89. <https://doi.org/10.1177/0022002796040002007>.
- Kolb, Deborah M. 1983. *The mediators*. MIT Press series on organization studies 6. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Kressel, Kenneth, Tiffany Henderson, Warren Reich, und Claudia Cohen. 2012. „Multidimensional Analysis of Conflict Mediator Style“. *Conflict Resolution Quarterly* 30 (2): 135–71. <https://doi.org/10.1002/crq.21061>.
- Ladegaard, Hans J., und Alison Phipps. 2020. „Intercultural research and social activism“. *Language and Intercultural Communication* 20 (2): 67–80. <https://doi.org/10.1080/14708477.2020.1729786>.
- LeBaron Duryea, Michelle. 1992. *Conflict and culture. A literature review and bibliography*. Rev. Victoria, B.C.: UVic Institute for Dispute Resolution.
- LeBaron, Michelle, Erin McCandless, und Stephen Garon. 1998. *Conflict and Culture. A Literature Review and Bibliography. 1992-1998 Update*. Fairfax VA: George Mason University, Institute for Conflict Analysis and Resolution.
- Lee, Jocelyn A., Greg J. Neimeyer, und Kenneth G Rice. 2013. „The relationship between therapist epistemology, therapy style, working alliance, and interventions use“. *American Journal of Psychotherapy* 67 (4): 323–45.
- Lincoln, Yvonna S., Susan A. Lynham, und Egon G. Guba. 2017. „Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences, revisited“. In *The Sage handbook of qualitative research*, herausgegeben von Norman K. Denzin und Yvonna S. Lincoln, Fifth edition, 213–63. Los Angeles: Sage.
- Lorde, Audre. 2007. „The master’s tools will never dismantle the master’s house“. In *Sister outsider: essays and speeches*, von Audre Lorde, 110–13. Berkeley, CA: Crossing Press.
- MacDonald, Malcolm N., und John P. O’Regan. 2013. „The ethics of intercultural communication“. *Educational Philosophy and Theory* 45 (10): 1005–17. <https://doi.org/10.1111/j.1469-5812.2011.00833.x>.

- Marker, Michael. 2003. „Indigenous voice, community, and epistemic violence: The ethnographer’s ,interests’ and what ,interests’ the ethnographer“. *International Journal of Qualitative Studies in Education* 16 (3): 361–75. <https://doi.org/10.1080/0951839032000086736>.
- Menkel-Meadow, Carrie. 2015. „Variations of the Uptake of and Resistance to Mediation Outside of the United States“. In *Contemporary Issues in International Arbitration and Mediation: The Fordham Papers 2014*, herausgegeben von Arthur W. Rovine, 198–221. The Fordham Papers 2014. Leiden: Nijhoff.
- Mignolo, Walter. 2012. „Decolonizing Western Epistemology/ Building Decolonial Epistemologies“. In *Decolonizing epistemologies. Latina/o theology and philosophy*, herausgegeben von Ada María Isasi-Díaz und Eduardo Mendieta. New York: Fordham University Press.
- Moisio, Olli-Pekka, und Ilkka Kauppinen. 2020. „Philosophical Perspectives, Research in Higher Education“. In *The International Encyclopedia of Higher Education Systems and Institutions*, herausgegeben von Pedro Nuno Teixeira und Jung Cheol Shin, 2239–44. Dordrecht: Springer Netherlands. <https://doi.org/10.1007/978-94-017-8905-9>.
- Nittel, Dieter. 2009. „Beratung - eine (erwachsenen-)pädagogische Handlungsform. Eine definitorische Verständigung und Abgrenzung“. *Hessische Blätter für Volksbildung*, Nr. 01/2009: 5–18. <https://doi.org/10.3278/HBV0901W005>.
- Nussbaum, Martha C. 2010. *Not for profit: why democracy needs the humanities*. The public square book series. Princeton, N.J: Princeton University Press.
- Pereira, Fatima. 2019. „Teacher Education, Teachers’ Work, and Justice in Education: Third Space and Mediation Epistemology“. *Australian Journal of Teacher Education* 44 (3): 77–92. <https://doi.org/10.14221/ajte.2018v44n3.5>.
- Pignault, Anne, Raymond Meyers, und Claude Houssemand. 2017. „Mediators’ Self-Perception of Their Work and Practice: Content and Lexical Analysis“. *The Qualitative Report* 22 (6): 1589–1606. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2017.2676>.
- Pinkl, Gabriele. 2018. „Mediation als Beratung oder mediative Beratung? Was macht die denn eigentlich genau?“ *Perspektive Mediation*, Nr. 2/2018: 113–17.
- Pruitt, Dean G., und Kenneth Kressel. 1989. „Introduction: An overview of mediation research“. In *Mediation Research: The Process and Effectiveness of Third-Party Intervention*, herausgegeben von Kenneth Kressel und Dean G. Pruitt, 1–8. San Francisco, CA: Jossey Bass.
- Said, Edward W. 1978. *Orientalism*. New York: Vintage Books.
- Salmon, Elizabeth D., Michele J. Gelfand, Ayşe Betül Çelik, Sarit Kraus, Jonathan Wilkenfeld, und Molly Inman. 2013. „Cultural Contingencies of Mediation: Effectiveness of Mediator Styles in Intercultural Disputes“. *Journal of Organizational Behavior* 34 (6): 887–909. <https://doi.org/10.1002/job.1870>.
- Santos, Boaventura de Sousa. 2014. *Epistemologies of the South*. Boulder: Paradigm Publ.
- Schehr, Robert C., und Dragan Milovanovic. 1999. „Conflict mediation and the postmodern: Chaos, catastrophe, and psychoanalytic semiotics“. *Social Justice* 26 (1): 208–32.
- Schirmer, Werner, und Dimitris Michailakis. 2019. *Systems Theory for Social Work and the Helping Professions*. 1. Aufl. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429022104>.

Silbey, Susan S., und Sally E. Merry. 1986. „Mediator Settlement Strategies“. *Law & Policy* 8 (1): 7–32. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9930.1986.tb00368.x>.

Smith, Linda Tuhiwai. 2022. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Bloomsbury Academic.

Spivak, Gayatri Chakravorty. 1988. „Can the subaltern speak?“ In *Marxism and the interpretation of culture*, herausgegeben von Cary Nelson und Lawrence Grossberg, 271–313. Urbana: University of Illinois Press.

Tesar, Marek. 2021. „“Philosophy as a Method”: Tracing the Histories of Intersections of “Philosophy,” “Methodology,” and “Education”“. *Qualitative Inquiry* 27 (5): 544–53. <https://doi.org/10.1177/1077800420934144>.

Uhlendorff, Uwe. 2012. „Sozialpädagogisch-hermeneutische Diagnosen in der Jugendhilfe“. In *Grundriss Soziale Arbeit: Ein einführendes Handbuch*, herausgegeben von Werner Thole, 707–18. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [https://doi.org/10.1007/978-3-531-94311-4\\_45](https://doi.org/10.1007/978-3-531-94311-4_45).

Vacc, Nicholas A., und Larry C. Loesch. 1984. „Research as an Instrument for Professional Change“. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development* 17 (3): 124–31. <https://doi.org/10.1080/07481756.1984.12022758>.

Volpe, Maria R., und Marvin E. Johnson. 2023. „Imagining a racially diverse and inclusive mediation field: Uncovering the structural hurdles“. In *The Routledge handbook of intercultural mediation*, herausgegeben von Dominic Busch, 155–62. New York, NY: Routledge.

Walker, Polly O. 2004. „Decolonizing conflict resolution: Addressing the ontological violence of Westernization“. *American Indian Quarterly* 28 (3/4): 527–49.

Watson, Lani. 2016. „The Epistemology of Education“. *Philosophy Compass* 11 (3): 146–59. <https://doi.org/10.1111/phc3.12316>.

Wendt, Alexander Nicolai. 2020. „Phänomenologische Psychologie“. In *Handbuch Qualitative Forschung in der Psychologie*, herausgegeben von Günter Mey und Katja Mruck, 1–24. Springer Reference Psychologie. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden. [https://doi.org/10.1007/978-3-658-18387-5\\_17-2](https://doi.org/10.1007/978-3-658-18387-5_17-2).

Wertz, Frederick J. 2005. „Phenomenological Research Methods for Counseling Psychology“. *Journal of Counseling Psychology* 52 (2): 167–77. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.52.2.167>.

Wilkinson, Brett D., und Fred J. Hanna. 2016. „New Horizons in Counselor Pedagogy: The Intersection of Constructivist Concepts and Phenomenological Awareness“. *The Journal of Humanistic Counseling* 55 (1): 2–19. <https://doi.org/10.1002/johc.12021>.

Wilkinson, Brett D., Gary Shank, und Fred Hanna. 2019. „Epistemological issues in counselor preparation: An examination of constructivist and phenomenological assumptions“. *The Journal of Counselor Preparation and Supervision* 12 (4): Art. 13.

Wood, John. 2004. „Mediation styles: Subjective description of mediators“. *Conflict Resolution Quarterly* 21 (4): 437–50. <https://doi.org/10.1002/crq.72>.

Yokotsuka, Shino. 2023. „Cultural humility in intercultural mediation“. In *The Routledge handbook of intercultural mediation*, herausgegeben von Dominic Busch, 51–58. New York, NY: Routledge.

Zech, Rainer. 2010. „Organisation und Beratung. Funktionsgrammatiken, Selbstberatung, pädagogische Zugänge“. In *Organisation und Beratung: Beiträge der AG Organisationspädagogik*, herausgegeben von Michael Göhlich, Susanne M. Weber, Wolfgang Seitter, und Timm C. Feld, 13–25. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

## Apêndice 1

Finalmente, pedimos-lhe que preencha as informações sobre os autores num documento separado. Favor carregar este documento separadamente para a plataforma.

### **Sobre o autor**

Esta informação deve estar disponível para cada autor:

Breve informação:

Dominic Busch, Prof. Dr., Universidade das Forças Armadas Federais de Munique

Emilian Franco, M.A., Universidade das Forças Armadas Federais de Munique

Andrea Hartmann-Piraudeau, Dr., Consensus GmbH Stuttgart

Dominic Busch é professor de comunicação intercultural e investigação de conflitos na Universität der Bundeswehr München, Faculdade de Ciências Humanas. Em 2004, concluiu o seu doutoramento sobre o tema da mediação intercultural na Universidade Europeia Viadrina Frankfurt (Oder). Ali foi Professor Associado de Comunicação Intercultural de 2006 a 2011. Na sua investigação, Dominic tem uma visão discursivo-analítica sobre os conteúdos dos discursos académicos. A sua investigação centra-se na forma como as sociedades projectam as aspirações éticas na forma como lidam com a interculturalidade (<https://doi.org/g625>) e como as noções de cultura são utilizadas na investigação da mediação para criar diferentes entendimentos da mediação intercultural (<https://doi.org/hgsk>). Dominic Busch é o editor do Routledge Handbook of Intercultural Mediation (2023).

Emilian Franco é Investigador Associado na cadeira de Comunicação Intercultural e Investigação de Conflitos na Universität der Bundeswehr München, Faculdade de Ciências Humanas. Emilian é licenciado em Teatro e Estudos dos Media, bem como em Ciências Políticas pela Universidade de Nürnberg, e tem um mestrado em Comunicação Intercultural pela Ludwig-Maximilians-Universität München, onde é actualmente aluno de doutoramento. Emilian está actualmente a fazer trabalho de campo etnográfico internacional em empresas de desenvolvimento de software, o que coloca a sua investigação no campo dos Estudos Científicos e Tecnológicos (STS).

Andrea Hartmann-Piraudeau é mediadora certificada internacionalmente, bem como directora administrativa e fundadora do Consensus, Instituto de Mediação na Alemanha ([www.consensus-group.de](http://www.consensus-group.de)), que conduz mediações e oferece formações de mediação tanto locais como internacionais ([www.im-campus.com](http://www.im-campus.com)). Como parte do seu trabalho como formadora, investigadora e mediadora, Andrea Hartmann-Piraudeau desenvolveu numerosas formações e currículos a nível nacional e internacional. Andrea Hartmann-Piraudeau completou o seu doutoramento na Universidade de



Hohenheim em 2019. As suas pesquisas e publicações centram-se nas emoções dos conflitos e no impacto das intervenções mediáticas sobre os resultados das mediações e negociações (interculturais). Andrea Hartmann-Piraudeau tem dois mestrados em Estudos de Comunicação, Sociologia e Linguística, e Mediação.

Contacto:

Nome do autor: Prof. Dr. Dominic Busch

Departamento: Faculdade de Ciências Humanas

Instituição: Universidade das Forças Armadas Federais de Munique

Email: dominic.busch@unibw.de

Tel.: +49 89 6004 3114

Web: <https://go.unibw.de/dominicbusch>

Nome do autor: Emilian Franco, M.A.

Departamento: Faculdade de Ciências Humanas

Instituição: Universidade das Forças Armadas Federais de Munique

Email: emilian.franco@unibw.de

Tel.: +49 89 6004 2058

Web: <https://go.unibw.de/icc>

Nome do autor: Dr. Andrea Hartmann-Piraudeau

Departamento: Director Executivo

Instituição: Consensus GmbH

Email: hartmann@consensus-group.de

Tel.: +49 151 11578659

Web: <https://consensus-group.de/>